

O Banco de Portugal

O ano de 1920 fôra o pior de todos na vida financeira e administrativa do Banco emissor. O de 1921 passou-lhe muito adiante nos males que lá vinham de longe em progressão ruínosa. Tal foi no Estado, tal no país. Como não havia de obedecer tudo a um sistema fatal?

Mas o relatório da gerência de 1921 não está feito para se terem essas impressões. Pretende que haja outras muito menos desagradáveis. Nem por isso falta á verdade. Lacónico e subtil, deixa o principal no escuro ou no vago, como as pitonisas dos oráculos. O que se acha lá? Um abismo oculto. Quem o pode ver? Quasi ninguém. Nunca o Banco foi menos de accionistas. Nunca os membros dos corpos gerentes foram mais funcionários do Estado. *Nunca o Tesouro teve de recorrer tanto ao Banco para si.* Nunca ambos violaram tão gravemente a lei. E só raros descobrem tudo isso! E é preciso que todos o tenham diante dos olhos, para se tirar a conclusão justa e salutar. E qual pode ser esta, senão a de que o Banco tem de passar por uma transformação profunda, como o Tesouro, como toda a economia portuguesa, para que a nação ressurgja e marche na luz?

Comecemos pelo débito global do Tesouro ao Banco. No seguinte quadro vemos, expresso em contos, o movimento dessa conta desde o fim de 1913 ao de 1921:

Anos	Débito directo	Aumento anual
1913	71.079	—
1914	79.779	8.700
1915	101.923	22.144
1916	124.458	22.535
1917	161.815	37.357
1918	227.705	65.890
1919	319.646	91.941
1920	505.963	186.317
1921	645.727	139.764

O curso aparente da conta é bem expressivo. Mas quão pior é ainda a realidade! Os bilhetes do Tesouro descontados por terceiros no Banco eram de 13.184.000\$00 no fim de 1919, 4.285.000\$00 no de 1920 e 17.001.000\$00 no de 1921. Assim o débito global do Tesouro ao Banco era de escudos 332.830.000\$00 na primeira data, 510.248.000\$00 na segunda e 662.728.000\$00 na terceira. Por ou-

tras palavras, êle cresceu 177.418.000\$00 em 1920 e 152.480.000\$00 em 1921.

Mas se fôsse êste apenas o recurso do Tesouro ao Banco no mesmo ano! Em fins de 1920 fizera-se lá uma operação nunca vista debaixo do sol, para se acudir á desordem dos Bancos e das praças. Por conta da nova circulação permitida ao Governo, levantou êste 41.000.000\$00, quasi gratuitamente como no restó. Ao mesmo tempo, depositou-os no próprio Banco ao juro de 5 %, para êste fazer suprimentos e descontos aos outros Bancos e ao Comércio! *Esse crédito foi reembolsado ao Tesouro em 1921.* Assim o diz o relatório. Que se tira daqui?

Duas conclusões importantes. Vê-se que o aumento real da conta do Tesouro em 1920 foi de 136.418.000\$00 e em 1921 foi de escudos 193.480.000\$00! Vê-se que o maior de todos foi o de 1921, crescendo sempre, de maneira bem grave, a intensidade da progressão, desde 1914, e especialmente depois de terminada a guerra. — Desde que esta começou até 31 de dezembro de 1921 o engrossamento foi de cerca de 590.000 contos!

Que haverá sido o *déficit* do Tesouro no ano civil de 1921, se ao Banco êle foi buscar para si 193.480 contos?! Mais de 50.000 deve êle ter sugado na Caixa Geral de Depósitos. E quantas dezenas de milhares de contos obteria pela colocação de outros bilhetes do Tesouro e de inscrições? E quantos milhares de contos deixariam de ser liquidados ou pagos, em contas arrastadas de fornecedores? O *déficit*, ou nova dívida real, deve ter sido de mais de 300.000 contos. E vai ser de mais de 350.000 na gerência de 1921-22, e muito mais de 400.000 na 1922-23. As maiores subvenções e os piores ágios vão agigantando as montanhas, por mais impostos que venham, em tal regime de administração e de vida.

E a circulação fiduciária? Olhem para êste novo mapa referido também ao fim de cada um dos mesmos anos, com os valores ainda em contos:

Anos	Circulação	Aumento anual
1913	86.559	—
1914	96.450	9.900
1915	115.009	18.550
1916	140.368	25.359

Anos	Circulação	Aumento anual
1917	193.121	52.763
1918	275.834	80.715
1919	370.627	96.793
1920	611.000	240.375
1921	736.900	125.898

De julho de 1914 a 31 de dezembro de 1921 o aumento foi de 653.684 contos. O de 1920 e 1921 foi de 366.273, ou 56 % do total! Nem se iluda ninguém com o facto de ser de 240.375 no primeiro ano e de 125.898 no segundo. Em 1920 emitiram-se mais 15.000 para o comércio e destinaram-se também a êste provisoriamente os 41.000 já mencionados, que realmente foram para o Estado em 1921. Acresce que o Banco recorreu menos à circulação por se lhe terem desenvolvido outras disponibilidades, especialmente as do saldo de depósitos passivos. Ele era de 25.260 contos em 1920 e subiu para 53.781 contos em 1921.

Mas, para tudo ser ainda mais grave, as emissões de notas fazem-se fóra da lei, entendidos de facto os accionistas com o Estado para a mystificação do público. Este caso deve ser posto bem à vista para se tirarem daí, como do resto, as necessárias consequências.

O contracto de 29 de abril de 1918, nas suas bases 2.^a e 3.^a, determinára, por uma complicada engrenagem de disposições, até onde poderia ir a *conta especial* do Tesouro e a circulação fiduciária. O primeiro limite foi atingido em abril de 1920 e era de 360.000 contos. O segundo era praticamente de 477.644 contos em julho do mesmo ano. Mas o Estado e o Banco, sem publicarem os balancetes, continuaram durante longos meses a deixar em andamento as duas rodas do carro da ruína. Assim, em fins de novembro de 1920 já o Estado devia 420.000 contos pela mesma rubrica, e as notas emitidas importavam em cerca de 570.000 contos. Os excessos haviam sido de 60.000 e de cerca de 100.000 contos, respectivamente!

Para absolver esta culpa e assegurar o prosseguimento da ruína sem pecados de ilegalidade, o parlamento votou a lei de 27 de novembro de 1920. Autorizou-se a emissão de mais 215.000 contos de notas, além do que fóra permitido pelo contracto de 1918, sendo 200.000 para a *conta especial* do Tesouro e 15.000 para o comércio. Dêste modo, aquele débito do Tesouro podia ir até 560.000 contos, e chegar até 692.644 a circulação. Mas foram outra vez passando além dessas fronteiras! O primeiro atingia 620.000 contos e a segunda 736.000, em 31 de dezembro de 1921! Mais 60.000 contos num caso, mais 44.000 no outro! Não houve emenda. Nem pode haver, senão com a reforma do Banco, do Estado e do país.

Ao mesmo tempo que se elevavam estes montes de papel e de dívida, ficava lá em baixo o vale fundo da reserva metálica. A de ouro, que era de 8.013 contos em julho de 1914, só chegava a 9.702 contos no fim de 1921. Lá se inclui o depósito de 250.000 libras que o nosso Banco emissor tem no de Inglaterra. A de prata, que hoje voltou a não ter quasi nenhuma significação, veio de 9.401 para 17.596 contos.

O fundo de amortização e reserva, constituido por títulos de crédito com valor de ouro, pertencentes ao Estado, ficou em 12.927 contos. Estavam então em 5.199 contos as obrigações dos Caminhos de Ferro Portuguezes, que êle depositou no Banco emissor em garantia da circulação. Os papeis similares da carteira do Banco iam então a 3.859 contos. Somam 21.985 contos as três parcelas. Com a de 9.702 em metal amarelo, chegamos a 31.687 contos apenas, ou 4,5 % da circulação fiduciária. Aquilo não é nada, e fez-se a maior parte desta para despesas de consumo e de ruína e para espoliação nacional.

Um simples olhar sôbre as contas restantes do Banco dá sufficiente impressão da nossa decadência económica.

Em 1914 o capital empregado nas *letras do país e outras, contas de crédito e suprimentos e diversas* era de cerca de 50.000 contos. Pois ao findar 1921 ficaram só em 142.500 contos, apesar de ser talvez 15 vezes maior o valor nominal das mercadorias!

A desproporção é consideravelmente menor se apenas fixarmos a vista na primeira das rubricas, decerto a mais significativa. Mas ainda é bem desoladora! As *letras do país e outras* somavam cerca de 20.000 contos em 1914. E só iam a 120.000 contos no fim de 1921! Atendendo-se às relações de moeda e de preços deviam ir talvez a 300.000 contos! Nem isso é tudo. Aquêles primeiros 20.000 contos andavam em operações de um comércio profissional, regular e armado de créditos largos, que multiplicavam as transacções, os produtos e as mercadorias, sem multiplicar os intermediários. Na applicação dos 120.000 contos de agora temos o inverso. Temos a superabundância de verdadeiros e falsos nêgociantes e de negócios, em volta de objectos cada vez mais restrictos. Temos liquidações à vista ou a prazos curtos, que já por si exigem mais dinheiro, proporcionalmente, em função.

Esta mesma ordem de considerações nos levará a juízos ainda melancólicos, se olharmos apenas para o movimento do desconto propriamente dito

do Banco emissor desde 1913 a 1921. Veja-se este quadro:

Anos	Número de letras descontadas	Valor total da leiras
1913	83.492	49.335
1914	98.415	66.260
1915	84.846	51.426
1916	81.375	61.961
1917	80.928	74.734
1918	88.085	151.311
1919	73.019	159.567
1920	95.419	441.968
1921	82.867	422.849

O valor médio das mercadorias em 1921 não foi decerto inferior a 12 vezes o de 1913-1914. O das letras descontadas no Banco em 1921 devia porventura exceder 650.000 contos, se o movimento comercial fôsse o mesmo de antes da guerra, ainda sem maior número de comerciantes e de operações para cada objecto. E foi só de cerca de 423.000 contos, em sinal claríssimo do nosso afundamento económico!

Prosperaria ao menos o Banco? Êle tem o pára-quedas do Tesouro para chegar mais tarde do que os outros estabelecimentos bancários ao abismo das águas onde já caíram e morreram ou lutam multidões sacrificadas. Mas olhem como êle para lá vai seguindo também!

Os lucros totais do Banco foram de 10333 contos em 1920 e de 13.179 contos em 1921. Parece um grande avanço. Tinham sido de 2822 contos em 1913 e de 2801 contos em 1914. Mas guardada a relação das moedas, êles deviam ter ido a 28.000 contos em 1921, para os ganhos valerem tanto como os de antes da guerra.

Uma acção do Banco de Portugal tem hoje o valor de 500\$00, em média. Mas em ouro verdadeiro isto representa menos de 40\$00. Ela tem uma quebra de mais de 60% do nominal! É uma positiva ruína. As dos outros bancos mais estáveis não chegam a 300\$00 nas cotações actuais. Perderam, intrinsecamente 75 a 85 por cento, ou mais ainda! É tudo grave? Não é melhor o caso do país inteiro! E é pior o de muitos portugueses ainda escapados a morte!

Donde vem que as acções do Banco de Portugal têm uma vantagem de 200\$00, e mais ainda, sobre as dos melhores Bancos não privilegiados? Claramente do monopólio da emissão fiduciária, e da exploração do Tesouro. Êle não tem outra especialidade de funções. Está-se a vêr com nitidez que a dêle vale mais do que nos outros a liberdade de fazer colheitas de lucros pelos câmbios e pelas participações em negócios comerciais.

Daí vem que as assembleias gerais e os corpos gerentes do Banco de Portugal fazem de facto o

que os maus governos e os mercantilismos desta época especulativa pretendem para o aumento da nossa derrocada financeira e económica. Em última análise, não acreditam, como os políticos em geral, como os exploradores de todas as classes, que a vida nacional possa ir senão como tem vindo. Não têm nenhuma fé prática no dia de amanhã. Que importa que exprimam às vezes, como os outros, um certo optimismo? É o de quem não deseja ser perturbado na faina de abserver o resto. O profundo scepticismo do Banco deixa ir inchando, mesmo contra a lei, a circulação fiduciária, como o Estado quere. É uma ruína? Mas tem de ser! E êle tira dela assim todos os lucros possíveis. Como? Explorando o *deficit* e a dívida do Estado e financiando os negócios das praças. Enquanto o officio der, que mais se pode pretender na desorganização e miséria do país?

Qual é o destino essencial do Banco emissor? Ser o sumo regulador do mercado monetário. Para quê? Para manter o justo equilibrio e assegurar o progresso das forças económicas e sociais. O Banco de Portugal deu-nos êsse resultado? Não o deu durante a guerra, quando podíamos ter um grande avanço em casa, especialmente na lavoura, porque estava longe o teatro daquela; e a nossa intervenção, embora valiosa e cheia de sacrificios, era ainda limitada e deixava margem para a acção produtiva. Tão pouco o deu depois dela, quando devíamos fazer o esforço de reconstrução como na Inglaterra, na Bélgica, na França, na Itália e na própria Alemanha.

O Banco tornou-se um instrumento quasi exclusivo da desordem governativa e da alheia especulação cambial e mercantil. Foi depois do Tesouro a maior potência de desorganização nacional e paralização económica. Desvalorizado o seu papel-moeda, até valer apenas 8% do seu nominal, o Banco subsiste como o castelo desmantelado no meio do território que a decadência vai asselvajando.

Está assim no país agrícola, onde a lavoura apenas dêle recebe o empréstimo de 4.800 contos, além dos que êle fornece aos grandes proprietários, como se fôsem negociantes; caíndo no retrocesso, ela que era atrozada, produzindo cada vez menos, ela que pouco produzia. A indústria que dêle colhe capitais é restrita e dominada pela ideia de conservar ou adquirir posições lucrativas, mais pelos favores pautais, pelas diferenças de câmbios e pela esfola dos consumidores do que pela perfeição da técnica e dos serviços. O comércio, que êle sustenta com o poder fiduciário do Estado, deixou de ser apenas o órgão moderado e fecundo da importação, exportação e distribuição das mercadorias. Pletórico de intermediários e de in-

justiças, veio a ser, *em grande parte*, uma verdadeira monstruosidade. Devasta e sufoca o nosso organismo nacional. A' diminuição progressiva das quantidades de objectos faz corresponder o aumento cada vez maior do número de transacções e das percentagens do ganho. Em volta de tudo isto rebenta a miséria moral e material, cresce a corrupção e a mortalidade, desenvolve-se o espírito de revolução e de anarquia.

Não é obra do Banco toda esta barbarie da economia portuguesa? Mas então que valor tem elle mesmo, se está ali para dar os seus recursos às fôrças que a fazem? Que outro destino quiz elle, senão o de sustentar o crédito do esbanjamento, da agiotagem, da especulação e da ruína? Elle ampara voluntariamente, como o Estado, como outros bancos, até o que se deve deixar cair: o sistema do parasitismo. Lá por fora, especialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, que se faz para saneamento inevitável do comércio desordenado pela guerra? Não se obsta a que vão para a falência os que não têm condições de vida. As quebras multiplicam-se aos milhares, por justa e necessária, embora dolorosa extinção de créditos. Aqui estes são prorogados, ou desenvolvidos, mesmo quando o não devam ser, mesmo à custa de toneladas de novas notas, que pioram os câmbios e agravam os preços e os males. Foi também para se arrastarem situações como estas, que o Banco de Portugal emitiu em 1920, fora da lei, como vimos, dezenas de milhares de bilhetes, aumentando os perigos e sofrimentos do país. No fundo persiste ainda uma parte da anomalia.

O Banco é do Estado, ou de particulares? Apparentemente é de accionistas. Mas que fazem estes, se no fim de tudo é o Estado quem manda? se elle tomou já para si 90 por cento da circulação? se é desta que veem os ganhos para o Banco? O desconto de 100.000 contos de letras ao comércio é operação modesta ao pé dos 662.000 contos levados pelo Tesouro. Também este a poderia fazer por um Banco juridicamente seu!

Seriam então do Estado todos os lucros assegurados pelo monopólio. A participação dêle nos de 1921 apenas chegou a 2317 contos. A dos accionistas foi maior: 2.700 contos, ou 20 % do capital. Os encargos é o pessoal absorveram cerca de 6.550 contos.

O Estado é mau administrador? Façamo-lo bom! Mas se é já elle que administra superiormente o Banco de Portugal! E querem um exemplo? A Caixa Geral de Depósitos, apesar de não ser ainda um organismo perfeito, já em 1920-21 deu 11.625 contos de lucros, sendo 5417 para o Estado! Já nos primeiros excedeu os que o Banco teve na ge-

rência de 1920. Em 1921-22 serão muito maiores. O quinhão do Estado já desde 1917-18 vem indo bem acima do que elle obtém no Banco. Neste e na Caixa o Estado pode ganhar algumas dezenas de milhares de contos por ano, dentro de pouco tempo. De que depende tudo? De uma larga e profunda reforma, que tem de abranger o Tesouro, a Caixa, o Banco de Portugal, todos os outros estabelecimentos bancários, em conjugação com toda a vida nova que é necessária nos diversos ministerios e em todas as fôrças nacionais.

O leitor viu quão gravemente foi ultrapassado o limite do crédito do Tesouro no Banco e da emissão de notas em 1921. Pois o relatório da Direcção, nem se refere a estes factos de primeira grandeza. Apenas disse agora: *A faculdade permitida pela lei n.º 1074, e a que a Assembleia Geral extraordinária de 28 de dezembro de 1920 havia prestado o seu assentimento da concessão de suprimimentos ao Estado até a soma de 200.000.000\$00, além dos que, conforme o contracto de 29 de abril de 1918, haviam sido efectuados, com o correspondente aumento no limite da circulação fiduciária, foi plenamente utilizada pelo Estado no ano findo.* O Conselho Fiscal, no seu parecer, nem a isso faz alusão. Nada mais seria preciso para se reconhecer que o Banco de Portugal se identificou com o Estado numa administração pública tão contrária a todos os deveres de clareza e de sinceridade, como á ordem, ao progresso e aos destinos da pátria. Nem pode ser de outra maneira. Não é já por culpa dos homens. E' a fatalidade das situações e tendências a que os dominadores se habituaram, em destruição do seu país.

Desceram-nos até as profundezas tenebrosas onde está um ágio de 1200 por cento a fazer miserável a nota fiduciária e a desgraçar e diminuir a população. Mais abaixo do que os portugueses, neste abismo, só estão os que foram vencidos ou anarquizados no centro e a leste da Europa flagelada pela guerra e pelas revoluções. Para lá tendem a levar-nos também, com velocidade cada vez maior, pelas fôrças de morte, que nos arrastam cegamente.

Sairemos daqui? Não o será por meio daqueles que de todos os lados nos trouxeram até cá pelas direcções dadas á vida política, financeira, económica e social. Apenas podem e querem fazer o mesmo e pior. Outros devem intervir com ideias e disposições contrárias, em reconstrução do edificio nacional derrocado. Então o Banco de Portugal, que, sem os seus accionistas o sentirem bem, é uma das ruínas colossais do país, tem de ser levantado de outra forma, como baluarte da salvação.

QUIRINO DE JESUS.